

REGULAÇÃO FINANCEIRA - TEMA DE SEMINÁRIO DA APBC

Ontem a regulação financeira foi tratada em Seminário promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do BCB, em São Paulo.

O atraso dos voos e conseqüentemente da primeira palestra foi amplamente compensado pois Mônica Baumgarten de Bolle, economista da PUC-RJ, sem exagero, agradou bastante pela fluidez, densidade, e irreparável didática da exposição.

O evento foi aberto pelo Diretor de Liquidações do BC, Antonio Gustavo Matos do Vale e contou com três painéis de regulação: Internacional, do Artigo 192 da CF e da Indústria de Cartões de Pagamento.

O Diretor fez um rápido apanhado dos tempos de crise e do PROER (que inclusive será matéria da próxima Revista do SINAL): *"Foi uma crise de liquidez, não de problemas patrimoniais, e o BC proveu os bancos dos recursos suficientes para atravessar aquela crise. A situação patrimonial dos bancos era adequada, pelos vários anos de regulação financeira adequada, com os bancos se capitalizando, se fortalecendo do ponto de vista prudencial."*

Gustavo Matos considera um desafio grande regulamentar o Artigo 192, dentro deste contexto de 45 anos de Lei 4.595: *"Não existe nenhum país que cresça economicamente sem um sistema financeiro nacional forte"*.

A APBC veio mostrar qual a idéia do corpo do BC sobre esse aspecto, incluindo a autonomia do BC, no sentido de que às vezes os objetivos de política econômica e monetária podem chocar-se com os objetivos políticos do governo, e isso é normal de acontecer.

Outro assunto cada vez mais premente, a Indústria de Cartões, é um grande tema do momento, com os meios de pagamento migrando fortemente para o dinheiro de plástico, tendo-se que debater este assunto o próximo governo, o próximo Congresso: *"O Brasil hoje é muito diferente do Brasil de quando eu comecei a trabalhar, 40 anos atrás. O Brasil anterior a 1994"*.

Isaac Sidney Menezes Ferreira, Procurador-Geral do BC, disse que o evento consegue mesclar assuntos novíssimos - a crise financeira internacional de 2008, com temas recorrentes sobre regulação financeira e o Artigo 192, com o desafio de enxergar a complexidade destes temas e a necessidade da atuação precisa e firme da autoridade reguladora e fiscalizadora -, passando esta regulação pela discussão da autonomia do BC.

"Vimos de fato uma autonomia dada ao BC pelo presidente da República, que fez com que o Banco tenha primado pela regulação prudencial, autonomia que permite à autoridade reguladora atuar de forma técnica com uma visão não necessariamente de governo, mas com uma visão de Estado".

O presidente do SINAL, Sérgio Belsito, convidado a compor a mesa de abertura. *"Nós temos uma demanda muito grande como fiscalizadores do BC de ações que muitas vezes não são fáceis, pelo fato de essa regulação ser complexa demais e objeto de disputa. A Procuradoria do BC e todo o Banco Central têm importância enorme nesse debate, além dos meios acadêmicos, que também têm contribuído"*.

Os servidores do BC, em Assembléia, decidiram que é importantíssimo fazer essa regulamentação, com uma nova filosofia que considere vários desafios: a inclusão de uma classe emergente, principalmente no interior do país, que não tem

participação, o aprofundamento da forma de relacionamento tanto da autoridade monetária quanto do Procon, a autonomia do órgão dentro de um sistema financeiro mais moderno, os rumos a serem dados aos cartões de crédito.

Belsito lembrou o processo de elaboração do Projeto 192: já contou com uma audiência pública, está originando a confecção de um livro e será apreciado em Assembléia do SINAL: *"O BC saiu dessa crise com uma performance muito boa, com uma regulamentação sobre alavancagem, que hoje representa um grande risco no mercado internacional. Restará o trabalho de conscientização da classe política sobre a necessidade dessas mudanças"*.

Em seguida sucederam-se as exposições dos palestrantes e debatedores dos painéis. A professora Mônica, o Chefe do Denor, Sérgio Odilon dos Anjos e o professor de direito e economia, Bruno Meyerhof Salama, trataram da questão internacional.

Já o tamanho da normatização do Artigo 192 da CF e do BC foram temas desenvolvidos por Jairo Saddi, coordenador Geral do Insper. Direito foi objeto das palestras dos procuradores do BC, Fabiano Jantalia e Vincenzo Demetrio Florenzano.

Já o professor Juliano Maranhão (Direito-USP), bem como Mardilson Fernandes Queiroz (consultor do Departamento de Operações Bancárias do BC) e Cristiano de Oliveira Lopes Cozer (Procuradoria Geral do BC), falaram do dimensionamento das demandas desse importante vetor financeiro e comercial: a indústria dos cartões de crédito.